

CEDEI - P. I. B.
DATA: 22/05/91
CEL: AGD 0036

OS APINAYÉ

Apinayé

Nome

Apinayé ou Apinajé não é a autodenominação original do grupo - porém hoje é a forma com a qual se designam e são designados pelos demais grupos Timbira e por seus vizinhos regionais.

Este nome foi citado pela primeira vez em 1793 (Villa Real) sob as formas "Pinaiés" e "Pinagés". Provavelmente o termo Apinayé é um vocábulo Timbira Oriental (pela presença do sufixo gê/jê que assinala coletividade).

Nimuendajú (1983: 8) fornece outras designações para o grupo - todas elas derivadas do termo ôd (ou hôt-hôto entre os Timbira Orientais) que significa "pontal" ou "canto" e se refere ao território tradicional dos Apinayé, localizado no "canto" formado pelo Araguaia e Tocantins - região conhecida hoje como "Bico do Papagaio".

Localização

Os Apinayé nunca deixaram de habitar a região compreendida pela confluência Araguaia/Tocantins - e cujo limite meridional era dado, - até o início deste século, - pelas bacias dos rios Mosquito (pelo Tocantins) e São Bento (pelo Araguaia).

A área indígena Apinayé está localizada nos municípios de Tocantópolis e Itaguatins, no extremo norte do hoje Estado de Tocantins. As rodovias Transamazônica e GO 291 servem de limite

de área, que é cortada ainda por outra rodovia estadual, a GO 126 (que liga Tocantinópolis a Itaguatins).

População

Em meados do século XIX, Cunha Mattos (Chorografia) enumera quatro aldeias Apinayé com a seguinte população:

Bom Jardim	1.000 habitantes
Santo Antonio	1.300 habitantes
Três Barras	500 habitantes
Araguaia	<u>1.400 habitantes</u>
Total:	4.200 habitantes

Ferreira Gomes, em 1859, visitou as três aldeias da bacia do Tocantins calculando o número total de seus habitantes entre 1,8 mil / 2 mil índios. Em 1897 Coudreau calculou o número total dos Apinayé do Tocantins em 400 índios. Em 1926, Snethlage estimou sua população total em 150. Portanto, em menos de 60 anos os Apinayé tiveram sua população reduzida em mais de 90%. Em 1928 Nimuendajú visitou todas as aldeias Apinayé remanescentes dando as seguintes cifras para as suas populações:

Mariazinha	14 (2 casas)
Cocal	25 (3 casas)
Gato Preto	61 (7 casas)
Bacaba	<u>50 (7 casas)</u>
Total:	150

Em 1967 (Matta, 1976: 44/45) os Apinayé habitavam em duas aldeias: São José - antiga Bacaba - com 161 habitantes e vinte casas e Mariazinha, com 92 moradores e 16 casas. Em 1977, a lingüista do SIL Helen Waller apresenta um total de 364 índios Apinayé para as duas aldeias. Jane Galvão, antropóloga a serviço da FUNAI, efetuará em 1980 o último censo demográfico completo das duas aldeias Apinayé, chegando aos seguintes resultados: São José com 287 habitantes e Mariazinha com 126, com um total portanto de 413 Apinayé (Galvão, 1980:29,33). A última cifra apresentada pela FUNAI, em 1985, aponta uma população total de 565 Apinayé.

As Aldeias Atuais

São José: Situada às margens do ribeirão homônimo e a 500 metros da Transamazônica. É a principal aldeia Apinayé - tanto em termos populacionais como politicamente. Está composta hoje por 22 grupos domésticos com uma população aproximada de 250 índios. Seu "capitão" é Camilo Apinayé e é a sede do P.I. São José.

Mariazinha: Localizada entre a GO 126 (que liga Itagatins a Tocantópolis) e o rio Tocantins. É formada por 20 casas (ou grupos domésticos) que perfazem uma população de 120 índios, aproximadamente. É sede do P.I. Apinayé, e seu "capitão" é o índio José Ribeiro Apinayé ou Zé da Doca.

Cocalinho: Localizada no extremo norte da A.I. Apinayé, (entre os ribeirões São Bento e dos Caboclos) esta aldeia foi formada após a demarcação. É composta por 10 grupos domésticos (que saíram da aldeia São José) e conta com uma população de 72 índios. Seu "capitão" é Domingos Apinayé e é sede do P.I. Cocalinho. A figura mais importante deste grupo é uma mulher Maria Barbosa.

Patizal: Localizada nas proximidades da cabeceira do Ribeirão Grande é formada por 10 casas com uma população de 76 índios. Cisão da aldeia São José, é liderada pelo ex capitão do São José, Grossinho. É assistida pelo P.I. São José.

Barreiro: Cisão da Mariazinha, está situada nas imediações do Ribeirão Botica. Compõe-se de 07 grupos domésticos liderados pelo índio Cristino Apinayé. Recebe assistência do P.I. Apinayé.

Riachinho: Também cisão da Mariazinha, é composta pelo grupo doméstico do ex-capitão Júlio e está localizada a alguns km daquela aldeia.

Histórico Recente

A partir dos primeiros anos do presente século, o território Apinayé começou a ser mais intensamente procurado por levas de migrantes, principalmente maranhaenses, devido à atração representada pela coleta do babaçú. Mas estes ocupantes pediam permissão às autoridades Apinayé para fixarem residência "no terreno dos índios" (Ladeira, 1983,4-5). Além da famigerada "índole pacífica" dos Apinayé (por exemplo, Nimuendajú: "Em toda a região dos Apinayé - acham-se moradores neo-brasileiros... Alguns se fixaram na vizinhança das aldeias... Até há uns vinte anos passados, os Apinayés não se lembrariam de ver nisto um perigo para o futuro da tribo. Devido à sua índole afável, tomavam como verdadeiras todas as promessas de solidariedade dos intrusos..."(-1983:9), tal permissão deveria trazer pequenas vantagens aos índios, em termos de pequeno comércio (venda de peles e côco babaçú). Na década de 40, com a presença do SPI na área, estes pequenos moradores pagaram uma "renda" (do babaçú) como modo de mostrar-lhes que "habitavam terreno alheio".

Em 1928 era a seguinte a situação das quatro aldeias Apinayé visitadas por Nimuendajú: Mariazinha, localizada a 5 km a oeste da cachoeira das Três Barras, era formada por apenas duas casas, com 25 habitantes; o colono mais próximo habitava a 400 metros da aldeia; Cocal, situada em águas do Araguaia e composta de três casas com também 25 moradores, vivendo na mais completa dependência dos seus vizinhos regionais; Gato Preto, estabelecida às margens do ribeirão Botica com sete casas e 61 habitantes possuindo ainda "algumas poucas terras"; Bacaba, situação na confluência dos

ribeirões São José e Bacaba a 18 km de Boa Vista (atual Tocantinópolis), "Castelnau encontrou ali, em 1844, uma aldeia de 21 casas com 850 habitantes; Ferreira Gomes, 15 anos depois, viu 30 a 40 choças com 600 habitantes". Em 1928 seu número era de 50 habitantes (Nimuendajú: 1983, 10-12).

No início deste século, os Apinayé estavam divididos em três subgrupos que ocupavam áreas bem definidas dentro do território tradicional:

- 1) Ao norte, o povo do Cocal, que dominava antigamente a região compreendida entre o Araguaia e os ribeirões São Bento e São Martinho;
- 2) A nordeste, na região compreendida entre o ribeirão Carreira de Pedra até o Ribeirão Grande (afluentes da margem esquerda do Tocantins), dominavam os Cômôjôré (cujos remanescentes formam hoje a aldeia da Mariazinha) liderados desde os anos 20 pelo chefe Pemkôb (ou Pedro Corredor);
- 3) A sudoeste, entre o ribeirão Grande e o Curicaca, dominavam os chamados Krîjôbrêiré, que no início do século eram chefiados por Wô y (Pedro Roxo). Este subgrupo compõe a atual aldeia de São José (Ladeira, 1983: 15).

Na região do Cocal - chamada pelos Apinagé de "Cocalinho" - existiam, no início deste século, as aldeias de "São Paulo" (no Araguaia) e outra no São Martinho. A aldeia conhecida por São Vicente não mais existia, dando origem ao povoado que, mais tarde, receberia o nome de Araguatins. A aldeia de São Paulo, segundo a memória dos velhos Apinayé, era grande - porém "ninguém dormia sossegado com medo de levar borduna dos Kaiapó": (velho Chiquinho,

in Ladeira, 1983: 13). De fato, até o início deste século, os contatos deste grupo Apinayé com os Kayapó era grande, "viviam entre os Apinayé do Cocal alguns kayapó da aldeia dos Arraias, a oeste de Conceição do Araguaia" (Nimuendajú, 1983, 10). No início dos anos 1920, abandonaram a beira do Araguaia e, juntando-se aos da aldeia do São Martinho, fundaram nova aldeia no ribeirão São Benedito. Esta aldeia permaneceu na região até 1943, quando a "febre" praticamente dizimou sua população e o "capitão" Pedro Laranja. O chefe dos Krĩjõbrêiré (São José), José Dias Mátyc, foi quem foi buscar o restante de seus sobreviventes, incorporando-os à sua aldeia (Ladeira, 1983: 13).

Os Cõcõjõiré (Mariazinha), segundo relatam, possuíam no início do século apenas uma grande aldeia, chamada "Bonita", que devido à briga entre dois irmãos se cindiu com um grupo indo para a região do ribeirão Pecobo (ao norte) e outro para as águas do ribeirão Botica (Gato Preto). Na década de 20, a aldeia do Pecobo foi abandonada, com seu povo deslocando-se para águas do Ribeiraõ Grande, ao sul. Em 1928, Nimuendajú encontrou duas famílias deste subgrupo habitando às margens do ribeirão Mariazinha, antigo ponto de pesca dos Cõcõjõiré. A aldeia do Gato Preto permanecería na região de Botica até os anos 1950, quando é abandonada em favor de Mariazinha.

Os Krĩjõbrêiré, no início deste século, habitavam em uma só aldeia, de nome "Alegria", e que era a mais próxima da povoação de Boa Vista (Tocantinópolis). Sua população na época não deveria ultrapassar cem habitantes; porém, quarenta anos antes (1860: Ferreira Gomes) sua população era de mais de seiscentas pessoas. Na

década de 20 deste século, com sua população bastante reduzida (50/60 índios, segundo Nimuendajú, 1983: 12), abandonaram a aldeia "Alegria" procurando a região dos ribeirões Bacaba e São José, afastando-se cada vez mais das margens do Tocantins e cedendo suas terras ao povoado. É a partir daquela mesma década também que sua história passa a se entrelaçar com a de Boa Vista (Tocantinópolis) (Matta, 1976:45).

Segundo Nimuendajú, esta é a mais importante das aldeias Apinayé - opinião partilhada por Matta. De acordo com este autor, "... eram índios desta aldeia que serviam de porta-vozes dos interesses Apinayé na cidade em caso de conflitos" (idem, ibid: 46). Chefiados por José Dias Mätyc desde o início dos anos 20, estiveram a ponto de desaparecer, quando aquele chefe empreendeu a lendária viagem a pé ao Rio de Janeiro (em 1926) para denunciar às autoridades federais a situação de seu povo e a invasão de suas terras. Durante sua ausência, várias famílias mudaram-se para a Botica, enquanto outras se preparavam para seguir para os Krahô quando Mätyc retornou e conseguiu reunir novamente os Krĩjõbrêiré, no ribeirão São José (Nimuendajú, 1983: 12/13).

Apesar das dificuldades porque passavam - como a incrível redução demográfica - os Apinayé da aldeia de São José (Bacaba) mantinham uma vida social e ritual intensa. E o papel de C. Nimuendajú na manutenção desta vida foi decisivo: como ele próprio afirmou: "era manifesta a decadência econômica e social da tribo, mas com a minha chegada as condições melhoraram um pouco" (1983: 6). Tal envolvimento é lembrado ainda hoje pelos velhos Apinayé da aldeia

de São José e comparam o falecido pesquisador com os funcionários do governo (SPI e FUNAI) que por lá passaram. Como afirmou o velho Moisés, "aqui só teve um funcionário bom, que foi o "Curto", es se sim estava do lado do Apinayé, ele não demorava muito aqui, mas quando chegava era festa: ele vinha com tropa de burro carregada de mercadoria pra nós, para trocar com as nossas coisas; ele tirava a roupa do Kupê e ficava igual a nós; ele dava conselho e animava o povo a fazer as nossas festas, a furar a orelha e prender a meninada". O último grande rito de iniciação dos jovens guerreiros (Pepkãag) dos Apinayé foi realizado quando da última visita de Nimuendajá à aldeia Bacaba (São José), em 1937 (idem, ibid: 34-36). A interferência do etnógrafo fica evidenciada ain da em passagens como esta: "Em 1931, festejaram, durante a minha ausência, um número de cerimônias do estilo antigo, inteiramente por iniciativa própria..." (idem, ibid: 13).

Em 1936, um processo político desenvolvido em Boa Vista (Tocantínópolis) envolveria diretamente os Apinayé: a "revolução" do padre João Lima. A influência dos religiosos na vida política de Boa Vista vinha de longa data - desde a chegada do missionário Frei Francisco do Monte São Vito à nascente povoação (1840). Em 1896, com a subida de Floriano Peixoto ao poder da República, a Igreja local passou a combater os "florianistas" da povoação - alegando ser Floriano positivista e contrário às leis divinas e que iria substituir Nossa Senhora por uma tal Clotilde de Vaux (francesa). A população de Boa Vista rebelou-se, ameaçando o poder constituído - então nas mãos do "florianista" Carlos Leitão - que solicita forças estaduais, para o restabelecimento da

legalidade, dando início à "Guerra de Boa Vista" (Rodrigues, 1951: 118 apud FUNAI, 1976: 5). Com Prudente de Moraes na Presidência da República, os revoltosos ganham a anistia e o banimento de Carlos Leitão. A vitória da Igreja sobre o poder legal prepararia o caminho para a ascensão do padre João Lima como chefe político in conteste em Boa Vista. Porém, em 1936, o padre é derrotado nas eleições municipais. Inconformado e denunciando fraude, João Li ma retira-se para o sertão com duzentos homens, recebendo o apoio de alguns Apinayé. Poucos meses depois - e após vários entreve-
ros armados - o padre toma a Prefeitura, expulsando o prefei-
to eleito e todos os servidores municipais. O "Estado Novo" ge-
tulista o reconheceu depois, legitimando sua "intervenção". Se-
ria com o padre João Lima que os Apinayé realizariam o "contrato"
sobre os limites entre suas terras e aqueles do município.

Por volta de 1944 o SPI instala na aldeia São José (ainda Bacaba) seu posto de assistência, auxiliando a recuperação demográfica do grupo, iniciada na década de 30. Apesar de não conseguir evitar novas invasões e nem buscar alternativas judiciais para a delimi-
tação do território, o SPI institucionalizaria a prática do "ar-
redamento" - um meio (ambíguo, no entanto) de demonstrar a al-
guns moradores que "habitavam em terra alheia". No final dos
anos 50 estes arrendamentos deixariam de ser cobrados e muitos dos
antigos posseiros acabaram por "vender" suas posses para setores
da classe média de Tocantinópolis (comerciantes, profissionais li
berais, funcionários públicos, etc) que procuraram "legitimar"
suas "propriedades".

Poucos daqueles antigos moradores do território Apinayé permane-
ceram na região, mas os depoimentos de alguns deles ilustram bem

como se deu o processo de invasão e expropriação do território Apinayé: "Quando cheguei aqui, em 1917, esse lugar era mata topada, só se via o sol se olhasse para cima. Os índios gostavam de caçar no Formigão (ribeirão afluente do Ribeirão Grande) onde matavam muito caitetu. Os Brandão foram os primeiros a se apossar do terreno dos índios, vendendo as terras que diziam ser deles: eles compravam as taperas dos moradores que saíam e foram se apossando, mas sempre em cima do berarubu. "Berarubu" - expressão regional para o bolo de carne e mandioca assado em pedra quente e que é uma espécie de "comida nacional" Timbira. "Em cima de berarubu" quer dizer "em cima das pedras" dos Apinayé. Foi a velha Filipa Brandão que começou a vender a terra dos índios, sua filha Alipina continuou e agora o filho desta Alipina, Lucas Brandão, já vendeu quase tudo". (Depoimento de José Bastos in Ladeira, 1983: 4-5).

"Meu pai, João Bezerra, teve permissão do velho Estevo (chefe Apinayé de Bacaba) para levantar morada, eu já vim para cá pixotinha; me criei aqui e criei meus quatro filhos...; eu agradeço muito os índios, sempre foram bons: se não fosse eles terem deixado a gente ficar aqui, pra onde a gente ia? O pessoal (de Tocantinópolis) compra sabendo que é terra de índio, depois nega. Eu não, sou muito reconhecida a eles". (depoimento de Maria dos Anjos Bezerra de Araujo in Ladeira, idem, ibid: 5).

A construção da Belém-Brasília e, sobretudo, da Transamazônica, aceleraria este processo de invasão e confinamento dos Apinayé. A FUNAI pressionaria os Apinayé a aceitarem, sem oposição, a cons

trução da Transamazônica (que cortaria seu território, passando a menos de 1 km da "aldeia velha" de São José) procurando convencê-los de seus benefícios: o acesso mais fácil a Tocantinópolis e ponto de escoamento para o seu artesanato. Construída a estrada, o que sobrou para os Apinayé foi o incremento das invasões (com povoados se formando nos antigos canteiros de obras das construtoras), a prostituição de suas mulheres e filhas e o acesso fácil às bebidas alcoólicas. O que estava por trás das pressões da FUNAI em relação à Transamazônica era a fixação da estrada como limite da área indígena Apinayé.

A Exploração do Babaçu e as Cantinas da FUNAI

Os Apinayé têm seu habitat situado em uma zona de transição do cerrado para as matas densas, rica em babaçuais. Até à década de 1930 - antes de sofrerem o assédio da frente coletora do babaçu, portanto, o padrão de subsistência destes índios pouco diferia daquele de seus vizinhos Timbira Orientais. Algumas fontes históricas (Villa Real e Castelnau) apontam porém uma diferença significativa: em outros tempos os Apinayé forneciam alimentos colhidos em suas roças para os viajantes do Tocantins e para Boa Vista (Tocantinópolis). Nimuendajú observava que "(...) não obstante sua decadência social e econômica", ainda nos anos de 1930 os Apinayé levavam produtos agrícolas ao mercado de Tocantinópolis (1983: 69). Segundo dá a entender este autor, estes índios seriam mais dedicados à agricultura do que a maioria dos grupos Timbira Orientais - apesar de dominarem um território mais abundante em caça (1946: 67 e 1983: 72).

A partir da década de 40, com a instalação do posto do S.P.I. entre eles (1944), passaram a ser estimulados pelos funcionários desse serviço a se engajarem na coleta do côco babaçu. Ao que tudo indica, tal engajamento teria sido facilitado após um acordo feito por um funcionário do S.P.I. e o padre João Lima - prefeito de Tocantinópolis e líder político do município - delimitando a área a ser explorada pelos índios (Matta, 1976: 48).

Os Apinayé consideram a coleta do côco de babaçu como um "mal necessário": coletar e quebrar côco é para eles uma atividade marcadamente negativa quando comparada com as atividades tradicionais

(a caça e a agricultura). Primeiro, por ser uma atividade de coleta, é considerada uma atividade feminina e como tal realizada pelas mulheres e crianças maiores; somente em caso de muita necessidade os homens adultos participam desta atividade. Segundo, por ser uma atividade orientada para a troca, não implica nas mesmas obrigações sociais que a caça e a agricultura, permanecendo uma atividade exercida de modo isolado pelos membros da família nuclear. É, além disso tudo, o elemento básico de integração dos Apinayé na estrutura econômica regional (Matta, 1976: 47).

Se a partir da instalação do posto do S.P.I. entre os Apinayé estes seriam estimulados à coleta do babaçu - sem porém abandonarem as tarefas tradicionais de subsistência - com a presença da FUNAI, nos anos 70, eles não seriam apenas "estimulados", mas pressionados de todos os modos para produzirem babaçu em escala industrial. Neste período, os Apinayé da aldeia São José ficaram por cinco anos consecutivos sem abrir novas roças, "só no côco" - como dizem - acreditando que com esse procedimento iriam "enricar". Depois desta experiência, os Apinayé daquela aldeia não mais se dedicaram à coleta do babaçu nos moldes impostos pela FUNAI. A explicação do ex-capitão Grossinho - da aldeia São José - é, neste sentido, elucidativa: "A gente tira côco porque precisa de algum dinheirinho para comprar um café, um açúcar, um sabão, mas o índio não é o dono do dinheiro: quem manda no dinheiro é o cupê (Ladeira, 1983: 29). O mesmo Grossinho foi o primeiro chefe Apinayé a impedir que os índios da aldeia São José se dedicassem exclusivamente à coleta de babaçu, dando início à série de divergências com os funcionários da 7ª D.R. que resultaria, em 1978, na mudança da sede do PI da aldeia São José para Mariazinha.

A FUNAI substituiu a cantina do SPI por outra gerenciada em moldes "empresariais" como instância intermediária para a comercialização do côco coletado pelos Apinayé. Nos tempos do SPI, o Apinayé não era obrigado a vender sua produção exclusivamente no posto, podendo encontrar outro comprador que melhor remunerasse sua produção, além de permitir um sistema de crédito elástico o suficiente para inviabilizar a "cantina" como uma empresa comercial bem sucedida.

A partir do início dos anos 70, sob a liderança do "capitão" Júlio e com o apoio da então 7ª DR da FUNAI, os habitantes da aldeia Mariazinha passariam a dedicar-se inteiramente à "cantina" - gerenciada por um ex-funcionário do SPI - e à colocação de grandes roças de arroz - aproveitando intensivamente as terras férteis que possuem e os recursos dispostos pela 7ª DR através dos "projetos de desenvolvimento comunitário" (PDC).

A "cantina" de Mariazinha era bem sucedida, do ponto de vista de sua administração, apresentando uma razoável margem de lucro que permitia remunerar o cantineiro, pagar alguns "braçais", adquirir gado e manter alguma parte do serviço de infra-estrutura do PI (conserto de veículos, compra de combustível, etc). Para que isso fosse possível, era necessário que a "cantina" tivesse uma produção de côco de babaçu de 3 t, em média, por semana (no período propício - entre outubro/dezembro - a produção chega a 6 t por semana). A produção dos índios de Mariazinha atingia em média 600/800 kg semanais no melhor período. Porém, o contrato da "cantina" com seus compradores - a Tobasa, de Tocantinópolis,

e a Ovia, de Imperatriz - a obrigava a uma entrega mensal de 10t. Para atingir a cifra estipulada nos contratos, a "cantina" comprava o côco dos regionais que residiam dentro da área indígena e que atuavam como "prepostos" da "cantina", seus "peões". A "cantina" de Mariazinha mantinha nove destes regionais até 1985 atuando como intermediários seus, comprando, para a "cantina", côco de outros regionais. Seu lucro advinha da diferença entre o preço que pagava a estes produtores e o daquele que vendia às indústrias - mais, é claro, a diferença (de 30% em média) no valor de compra e venda das mercadorias da "cantina".

Ao contrário da "cantina" da aldeia São José - amparada exclusivamente na produção dos próprios índios - a de Mariazinha atuava (e atua) como um entreposto regional de comercialização do babaçu. Os Apinayé de Mariazinha também "quebram côco", mas em quantidades pequenas, abaixo de 20 kg semanais, o que, descontada a perda de peso devido à armazenagem, de 10%, origina uma situação no mínimo curiosa: como o preço pago pela "cantina" de Mariazinha é maior para compras acima de 20 kg (que é a produção mínima dos regionais), os Apinayé de Mariazinha acabam por usufruir menos do seu próprio babaçu do que os regionais.

A forma de gerenciar as "cantinas" de São José e Mariazinha e o modo como as duas aldeias vêm o seu território - no sentido da utilização dos recursos para subsistência - fornece um quadro comparativo exemplar da política indigenista praticada pela FUNAI.

Com o argumento de que somente utilizando a mão-de-obra dos invasores seria possível ter um controle sobre eles - e ainda que

no fim das contas, o lucro da "cantina" reverte para o P.I.!! - a FUNAI local optou por um gerenciamento empresarial da "cantina" de Mariazinha que não busca atender aos interesses dos Apinayé, enquanto Apinayé - e sim às exigências do mercado local. A pregação dos chefes de posto e das lideranças de Mariazinha (Júlio e Zé da Doca) vai neste sentido: "para competir com o branco nós temos de ser e agir igual a ele; se ele 'enrica' com o côco - comprando gado, produzindo grandes roças de arroz - então nós temos de trabalhar muito na roça do Projeto e tirar e quebrar muito côco".

Os Apinayé de Mariazinha ou trabalham na "roça do projeto" ou tiram e quebram côco "para a cantina". E tanto o "Projeto" quanto a "cantina" são controlados integralmente pela FUNAI. Em outras palavras, a subsistência atual dos Apinayé da aldeia Mariazinha depende integralmente do P.I.: caça e pesca "só aos domingos"; não possuem roças familiares (só o "quintal") e disputam os seus babaquais com os regionais. Como afirmava uma antropóloga da FUNAI em 1980, "O Projeto instalado na comunidade Apinayé corre o risco de fornecer maior ênfase ao desenvolvimento econômico do P.I. e com isso alijar os índios da produção" (Galvão, 1980: 61).

Contudo, este aparente sucesso da aldeia Mariazinha durou enquanto a FUNAI pode injetar recursos a fundo perdido na "cantina" e nas roças mecanizadas - e sobretudo enquanto seus representantes locais referendaram o jogo de interesses que envolvia os regionais invasores (os "agregados" da cantina) e a chefia da aldeia.

Após a demarcação, com a interrupção gradual do fluxo de recursos e a retirada de área de um bom número de invasores, agregados, a "cantina" da Mariazinha começou a decair.

Hoje a situação desta aldeia é praticamente igual àquela de 10 anos atrás: sem os recursos fáceis possibilitados pela FUNAI (e depois pela CVRD), os sinais de decadência do outro "P.I. - modelo do Goiás", estão em toda a parte: nos veículos quebrados, nas prateleiras vazias da "cantina" e - principalmente - na contestação de liderança de Zé da Doca e na fragmentação da aldeia (7 grupos familiares deixaram a Mariazinha para residirem mais ao norte, às margens do ribeirão Botica, no "Barreiro"). Apesar de Zé da Doca ter permitido a volta para a área indígena de muitos dos antigos ocupantes - que haviam sido indenizados, diga-se de passagem - a "cantina" somente se recuperaria mediante uma nova injeção de recursos. O que parece bem pouco provável que ocorra.

O Processo de Demarcação

Os Apinayé tiveram seu território reconhecido pelo governo brasileiro em 1985, através do decreto nº 90960 de 14/02/85 da Presidência da República. A área reconhecida pelo decreto foi de . . . 141.904 ha. Na época da demarcação, esta área estava ocupada por 641 famílias de não índios.

A luta dos Apinayé para a demarcação de suas terras teve início em 1926, quando o chefe de uma das aldeias Apinayé de então, José Dias Mätyc, se dirigiu ao Pará e depois a Goiás Velho e Rio de Janeiro para buscar junto aos governos dos estados e da república uma solução para o problema das invasões de suas terras. Apesar do extinto S.P.I. ter fundado um posto entre os Apinayé no início da década de 1940 sob a justificativa "de um melhor controle dos invasores das terras dos Apinayés e dos conflitos entre índios e civilizados", as invasões não cessariam. Em 1953 o então encarregado do PI, Cícero Dantas, enviaria um telegrama aos seus superiores solicitando instruções de como agir face a "desconhecidos estarem invadindo aldeamento atirando de revólver". Cinco anos depois, o chefe de IR 8 (Goiás) encaminharia um ofício ao seu superior no Rio de Janeiro pedindo providências para "por cobro à intervenção do Sr. Promotor Público da Comarca de Tocantinópolis no serviço do SPI, assumindo a defesa armada de particulares contra os índios" (Ladeira, 1984). A partir daquele ano até 1975, são vários os ofícios dos agentes do SPI e da FUNAI narrando episódios de conflitos e pedindo a demarcação da área Apinayé. Do ponto de vista dos Apinayé, as invasões eram "ilegais" porque,

em meados dos anos 1940, o chefe da aldeia Bacaba, Estevão (sucessor do José Dias Mätyc), havia formalizado um acordo com o padre João Lima (líder político e prefeito de Tocantinópolis) sobre as divisas entre as aldeias e as terras do município ("talvez um reconhecimento pela ajuda dos índios para que o padre tomasse - pelas armas - a prefeitura em 1936" - FUNAI, 76: 29). De tempos em tempos os índios matavam algumas cabeças de gado - de modo a mostrar seus direitos sobre as terras delimitadas pelo padre João, originando os conflitos e disputas com as autoridades de Tocantinópolis.

Em 1976 a FUNAI, através da portaria 013/I designaria uma comissão - composta pelo chefe do PI Apinayé, um antropólogo do DGPC e o delegado da 7 DR - para delimitar a AI APinayé. A comissão elaborou um relatório onde sugere três áreas diferentes: uma que, segundo seus autores, atenderia "às necessidades dos Apinayés"; uma segunda, intermediária e apontada como a "mais viável" e uma terceira que "atenderia os interesses da maioria dos proprietários e políticos de Tocantinópolis" (FUNAI, 1976:27/31).

Em 1978, o então presidente da FUNAI, gal. Ismarth de Araújo, fez publicar o memorial descritivo delimitando a AI Apinayé em 85.500 ha, atendendo a 2ª sugestão ("a mais viável") da comissão de delimitação. Em 1979 a FUNAI inicia a demarcação dos 85.500 ha através da firma Paraty: quinze dias após o seu início, os Apinayé da aldeia de São José interrompem os trabalhos ao verificarem que 70% das terras que reivindicavam à comissão de delimitação ficariam de fora dos limites traçados. Neste mesmo ano, em junho, uma delegação da aldeia São José deslocou-se à Brasília para solicitar

ao presidente do órgão tutor a alteração dos limites propostos pelo memorial de 1978. O assistente do DGPI que os recebeu apontava que uma alteração nos limites "... vai aumentar ainda mais as reações dos 'civilizados'; entretanto... os índios não aceitam os limites homologados e nesse impasse estão os trabalhos de demarcação". E concluía: "Os 'civilizados' provavelmente encadearão as maiores pressões contra a FUNAI, qualquer que seja a decisão: manter os atuais limites ou alterá-los" (idem, *ibid.*:71).

Mas apesar das pressões dos políticos de Tocantinópolis - que passaram a enviar cartas a autoridades federais e deputados alertando-os para o que chamavam de "tentativa de impedir o progresso do município" e ameaçavam os índios de São José - em novembro de 1980 a presidência da FUNAI nomearia nova comissão (composta por uma antropóloga e um topógrafo) para "reestudo e definição dos limites da AI Apinayé" (portaria: 884/E de novembro de 1980). Em março de 1981 a antropóloga da comissão concluía seu relatório, levantando as seguintes questões: "há muitos invasores na área Apinayé e alguns contando com a demora na definição dos limites, tentam legalizar uma situação de fato, ou seja, que a FUNAI, ao ver que boa parte da área está sendo invadida, não consiga tomar outra atitude que não a permissão de invasão"; que "apesar da aparência conciliatória entre índios e regionais, há um conflito latente que, sempre que possível, se manifesta... Mas ao mesmo tempo em que os Apinayé almejam a demarcação, não aceitam qualquer limite, já que consideram insuficientes em muitos pontos os limites da demarcação de 1979"; que "a reivindicação dos índios Apinayé para uma revisão dos limites não deve ser encarada pela

FUNAI como um pedido de acréscimo de área. É importante notarmos que quando foram feitos os trabalhos de eleição da área Apinayé, os próprios membros da comissão apontaram a dificuldade que seria para a FUNAI demarcar a área proposta". (Galvão, 1981:55/58).

Neste mesmo relatório, a antropóloga da FUNAI reformulou a proposta de 1979 incorporando à AI Apinayé uma faixa de terras férteis ao longo dos ribeirões Mumbuca e Gameleira, atendendo à reivindicação dos índios da aldeia São José - e, com isso, transpondo a Transamazônica, tido como "limite natural intransponível" pela proposta de 1979. Contudo, a proposta de 1981 - a "saída de Jane" como diziam os Apinayé, fazendo referência à antropóloga Jane Galvão - ficaria engavetada em Brasília até 1983. Por essa época, as pressões contrárias à demarcação se intensificam, com os políticos e autoridades de Tocantinópolis enviando uma série de abaixo-assinados aos Ministérios do Interior e MEAF - onde pedem ou a manutenção da área de 1979 ou sua redução para 25 mil ha.

Em 1982 é assinado o convênio FUNAI/CURD que, entre outros itens, determinaria que as áreas indígenas situadas na "influência" da Estrada de Ferro Carajá (EFC), deveriam ser demarcadas até o final do convênio (1986). Por força deste convênio, a FUNAI enviaria uma proposta de 101.000 ha ao GETAT em 1983 - para que aquele órgão (segundo as exigências do decreto 88.118) procedesse ao levantamento fundiário da área proposta.

Em julho de 1983, a CVRD encaminha à FUNAI nova proposta de área a partir da identificação da AI Apinayé feita pela antropóloga Ma

ria Elisa Ladeira do Centro de Trabalho Indigenista-CTI, então prestando consultoria à CVRD. Esta proposta (de aproximadamente 148 mil ha) mantém os limites da proposta de Jane Galvão acrescentando a ela a região do Cocal (território de um subgrupo Apinayé), mencionada no relatório de Galvão mas não incorporada à sua proposta.

Em setembro daquele mesmo ano as pressões sobre a FUNAI aumentam, com deputados e autoridades de Tocantinópolis solicitando "garantias do Exército para a iminente agressão dos Apinayé ao pacato povo de Tocantinópolis" (O Popular, 8-9-83). Faixas são espalhadas na cidade condenando a CVRD e a FUNAI de procurarem "sufocar o município". Mas a FUNAI - na ocasião presidida por Otávio Ferreira Lima - continuaria a desconsiderar a proposta da CVRD, ao mesmo tempo em que o GETAT omitia-se, deliberadamente, de participar do levantamento fundiário na área proposta pela FUNAI.

Em dezembro de 1983, os Krahô, Xerente, Carajá e Apinayé ocupam durante quinze dias a AJARINA - para impedir a troca, feita em sigilo, do seu administrador. Nada conseguindo dos dirigentes da FUNAI de Brasília, os Krahô, Xerente e Apinayé desocuparam a AJARINA, dirigindo-se à aldeia São José, decididos a demarcar a AI Apinayé "por conta própria". O presidente da FUNAI, Ferreira Lima, por pressão dos índios, comprometeu-se - através de um telex - a demarcar a Área Indígena Apinayé até o final de março de 1984. Para tanto, iniciou em janeiro desse mesmo ano o levantamento fundiário na área dos 101 mil ha - sem a presença do GETAT.

Mas a FUNAI não consegue fazer aprovar a área em questão no GT do 88.118, devido à resistência do representante do MEAF que alegava o "problema social" envolvido.

Esgotado o prazo dado pela FUNAI, uma delegação Apinayé deslocou-se - em abril de 1984 - ao Rio de Janeiro para solicitar da CVRD que pressionasse a FUNAI e o MEAF no sentido de viabilizar a demarcação de suas terras. Em maio os Apinayé interromperam, por três dias, o tráfego de veículos na Transamazônica - que passa a menos de quinhentos metros da aldeia São José. A nova direção da FUNAI - enviou à área mais uma comissão (uma antropóloga e um topógrafo) que acabaria por reconhecer, oficialmente, a proposta da CVRD ("a saída Maria Elisa").

Em julho (ainda em 1984) a FUNAI procede ao levantamento fundiário da proposta - constatando a existência de mais 153 ocupantes. Os Apinayé - em agosto - voltaram à Brasília, obtendo do novo presidente (Nelson Marabuto) seu apoio para a ocupação e abertura de roças na região do rio Gameleira (com recursos da CVRD) e do Cocal (nesta região, feita com recursos do CTI) - áreas consideradas "em litígio".

Sentindo-se fortalecidos pela nova administração da FUNAI - tanto em Brasília como em Araguaína, que a partir de agosto passaria a ser dirigida pelo antropólogo Gilberto Azanha, do CTI - os Apinayé passaram a ter um controle maior sobre o território que reivindicavam, embargando a retirada da madeira e de "folhas" (de jaborandi) realizadas pelos invasores. Os pequenos posseiros, sem

poderem abrir novos roçados, aguardavam uma definição, e esperavam receber a indenização prometida para se retirarem. Entretanto, os políticos e autoridades de Tocantinópolis e Itaguatins passaram a se organizar para resistir à demarcação - defendendo os interesses dos pretensos "proprietários".

Os Apinayé, em novembro, começariam a colocar placas de interdição em pontos limites da área reivindicada, ultrapassando a Transamazônica. Um vereador de Tocantinópolis, chefiando um grupo de cidadãos da cidade, as retiram, depositando-as na Prefeitura. O chefe da AJARINA, Gilberto Azanha, em meados de novembro, marca uma reunião com o prefeito e representantes do GETAT na prefeitura. Os representantes da FUNAI presentes escaparam por pouco da agressão física. Em 25 de novembro, um grupo armado de moradores de Araguatins, liderados pelo ex-prefeito, Sr. João de Deus, invade a aldeia nova do Cocal e, por meio de ameaças, retiram os índios de lá com seus pertences em um caminhão, atirando-os na Transamazônica.

A Polícia Federal, solicitada a dar proteção aos funcionários da FUNAI, enviou, ao contrário, telex à Brasília pedindo a substituição do chefe de AJARINA e do chefe do PI São José, comprometidos com os índios. Pouco antes do natal de 1984, o chefe do PI São José, juntamente com o chefe da aldeia, foram agredidos em frente à Prefeitura de Tocantinópolis pelo então vereador e atual prefeito José Bonifácio Gomes. Para os Apinayé do São José, este episódio representou a gota d'água no volume de tensão e humilhação a que estavam sujeitos e, em reunião com o chefe da AJARINA, afir

mariam sua vontade de iniciar a demarcação por conta própria,"con-
tratando" para tanto os serviços dos seus "parentes" Krahô e Xe-
rente. Entre o natal e o ano novo de 1984, delegações Apinayé
se deslocaram para as aldeias Krahô e Xerente fazendo a convoca-
ção. Dois dias depois mais de sessenta homens Krahô e Xerente
já se encontravam na aldeia de São José - sustentados com recur-
sos do convênio CVR0/FUNAI alocados pela AJARINA. E iniciaram a
demarcação "por conta própria".

Depois de 40 dias em que os índios abriram picadas, colocaram pla-
cas nos limites desejados, interromperam a rodovia Transamazônia
e imobilizaram durante 10 dias consecutivos os maiores ór-
gãos da imprensa e da televisão do país, o Governo finalmente ce-
deu, editando, em 14-02-85 o decreto nº 90860 que delimita a área
Apinayé em 142.000 ha. Entretanto, esta área não foi aquela plei-
teada pelos índios.

A demarcação - feita pelo Exército uma semana após o decreto - am-
putou as áreas férteis do Gameleira e Mumbuca, território sempre
reivindicado pelos Apinayé da aldeia de São José. A aldeia Ma-
riazinha - que não participou da luta pela demarcação - foi, nova-
mente, a aldeia mais beneficiada (com a incorporação de uma fai-
xa de terra acima do ribeirão Pecobo).

Mas por que quando da assinatura do decreto foi incluído como ter-
ritório indígena, sem que os Apinayé sequer tivessem pleiteado, a
margem esquerda do ribeirão Pecobo? Sem dúvida que esta área foi
ocupada pelos Apinayé, o nome mesmo deste ribeirão é o aportugue-
samento do nome de um grande chefe Apinayé, Pēp'cob (o Pedro Cor-

redor) que construiu no final do século passado uma grande aldeia nesta área. Entretanto esta inclusão não visava atender os índios, mas foi uma manobra política por parte das autoridades competentes no sentido de:

- .Atender às alianças políticas entre o Sr.Governador de Goiás,Íris Rezende e seu Secretário de Segurança, José Freire, candidato virtual do então possível estado do Tocantins, com os políticos de Tocantinópolis e Nazaré, que exigiam a exclusão da faixa de Terras da região Mumbuca/Gameleira, e,
- .Satisfazer a opinião pública, fazendo crer que os órgãos competentes concordavam com o total da área exigida pelos índios, já que dos 153.000 ha encaminhados pela FUNAI ao MEAF foram aprovados 148.000 ha (Cf.Ladeira, 1986: 3,4).

As lideranças da aldeia São José que haviam ido à Brasília a convite do Ministro do Interior foram destituídas assim que retornaram. E os novos líderes pressionaram o presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, que por escrito, reconhece o prejuízo trazido à aldeia São José, comprometendo-se em rever os limites para a incorporação de faixa de terras do Gameleira/Mumbuca. Este documento expressa a discordância da FUNAI, marcando que a delimitação da área do decreto havia sido determinada em instâncias superiores à do próprio Grupo Interministerial, o chamado "Grupão". A decisão foi do próprio Ministro Danilo Venturini, do então Ministério Extraordinário para os Assuntos Fundiários e do Ministro Andreazza, do Interior.

Entretanto, apesar da não incorporação da faixa de terras do Gameleira/Mumbuca na área do decreto, a insatisfação com a demarcação da área Apinayé era muito grande em Tocantinópolis. E assim, no dia 28 de junho de 1985, 4 meses após a assinatura do decreto, o índio Waldemar, de 23 anos, foi baleado e morto pelo delegado de polícia de Tocantinópolis, Sr. Sebastião Lima. Além de Waldemar, atingido com um tiro no olho, foram feridos os índios Vicente, 55 anos, e Romão, 60 anos, e espancado barbaramente o índio Sabino, no interior mesmo da delegacia. Na verdade, foi um verdadeiro massacre contra velhos munidos apenas de algumas bordunas. Além de ter matado um índio e ferido gravemente os 2 outros, o delegado Lima deixou sob prisão todos os outros índios, só liberando, mesmo os feridos, depois de 3 dias, quando um advogado contratado pela FUNAI se dirigiu a Tocantinópolis.

Não era a 1ª vez que este delegado, inconformado com a recente demarcação da área dos índios, ameaçava os Apinayé de São José. Durante os episódios que culminaram com o decreto de demarcação daquela área, o vereador José Bonifácio Lima, (atual prefeito), baleou um soldado, da Polícia Militar, que prestava apoio aos índios e funcionários da FUNAI. Nada aconteceu ao vereador, já que o delegado de Polícia de Tocantinópolis, Sr. Sebastião Lima, apauado do ex-Secretário de Segurança Pública de Goiás, deu-lhe toda a cobertura possível.

Até hoje, os Apinayé de São José e Cocal continuam aguardando que os responsáveis pela morte de Waldemar sejam punidos e que suas terras na região do Gameleira/Mumbuca sejam incorporadas à área do decreto.

A tônica empregada pelo governo em relação a áreas que os índios pleiteiam mas que não recebem o "de acordo" dos órgãos competentes, tem sido sempre a do adiamento de solução, pois o tempo tende a tornar cada vez mais inviável a pretensão dos índios. Entretanto, este adiamento se faz através de constantes "levantamentos", criando a impressão de que se está empenhado na busca de uma solução satisfatória aos índios. Os volumes do processo da demarcação do Território Apinayé são históricos de levantamentos e levantamentos. E de novo, com a saída do Sr. Nelson Marabuto da presidência da FUNAI, são instituídos, num período de 4 meses, 2 grupos de trabalho para proceder a levantamentos na área Apinayé "para estudos de redefinição de limites".

Em agosto de 1985, sob impacto do massacre Apinayé na delegacia de Tocantinópolis, foi constituído 1 Grupo de Trabalho com representantes do IDAGO, GETAT, MIRAd, FUNAI, CVRD que visitaram a aldeia São José onde constataram a revolta dos índios e endossaram a revisão dos limites para a incorporação das Terras do Gameleira e Mumbuca. Em novembro de 85 é constituído um 2º Grupo de Trabalho (Portaria nº 1969/E) onde é excluída a participação da CVRD, através de sua representante, a antropóloga Maria Elisa Ladeira.

"Entre a reunião realizada com os Apinayé na aldeia São José em agosto, quando do 1º Grupo de Trabalho, e a de novembro, quando do 2º Grupo de trabalho, não foi tomada nenhuma medida efetiva. O GETAT não apresentou as áreas para o reassentamento dos não-índios e não completou o cadastramento dos moradores da área plei-

teada etc... .. Este 2º levantamento não se justifica para esclarecer dúvidas ou complementar informações. Sua intenção é clara: convencer os índios a abrir mão de mais outra porção de seu território; as margens do ribeirão Mumbuca".(Ladeira, 1986: 7).

A FUNAI tem se mantido irredutível na não revisão dos limites de área Apinayé, justificando-se pelo decreto nº 94945/87 que determina, em seu artigo 7º, que "somente serão objeto de consideração as redefinições de limites, depois que todas as áreas indígenas brasileiras estiverem demarcadas". E, conseqüentemente, a FUNAI passa em seus relatórios concernentes ao Convênio CVRD/FUNAI a considerar a área Apinayé como área demarcada, cujo único problema seria o desintrusamento dos moradores situados no limite norte, acima do Ribeirão Pecobo (cf. Ladeira, informe verbal).

Mas os Apinayé de São José continuam insistindo na revisão dos limites; e o próprio relatório de BIRD sobre a avaliação do convênio CVRD/FUNAI menciona esta exigência, incluindo-a entre as "metas não cumpridas" do programa.

No momento, a situação é de impasse; após a decretação da área indígena os moradores "brancos" foram indenizados com recursos do Convênio CVRD/FUNAI; menos aquelas famílias que residiam na região do Pecobo, pois como aquela área não era reivindicada pelos índios não havia merecido um levantamento fundiário por parte do governo, sendo portanto, na época, desconhecido o total destes moradores e o valor necessário para as indenizações.

Atualmente a FUNAI solicita a liberação dos recursos ao Convênio por parte da CVRD para o desintrusamento da região do Pecobo. E a

CVRD, seguindo orientação de sua consultoria antropológica, não está liberando estas indenizações até que se resolva a questão do limite sul, à "região do Gameleira". (Cf. Ladeira, 1986).

Recentemente os Apinayé, com o apoio do CTI, estão na iminência de entrar, junto à Procuradoria Geral da República, com uma representação judicial contra o decreto 94945/87, tentando uma revisão dos limites sudoeste/sudeste da área Apinayé (vide mapa).

Além disso, o total desintrusamento e a plena utilização da área demarcada pelos Apinayé continua a ser um processo lento, e um problema delicado.

A Situação Atual do Território Apinayé

As Invasões

Apesar do Decreto nº 90.960 de 14-02-1985 (que delimitou a A.I. Apinayé), não se pode dizer que estes índios tenham o usufruto exclusivo das terras demarcadas. Passados 4 anos da demarcação, existem ainda: 1) 35 posses ativas na região norte da A.I. (entre os ribeirões Grande e São Martinho) - 35 invasores que continuam a explorar o território Apinayé sem que a FUNAI tome alguma providência; alguns destes ocupantes alegam não ter recebido indenização - ou porque não receberam a convocatória por falha dos responsáveis pelo levantamento fundiário ou porque se recusaram a receber o montante estipulado pelo órgão tutor e aguardam - como os demais, há 4 anos - um novo levantamento; 2) na faixa "congelada", ao norte do ribeirão Pecobo, um levantamento realizado pela FUNAI em 1985 indicou 73 "posses" - e estes ocupantes até hoje ali se encontram, à espera de uma definição; 3) na região da aldeia São José, um ocupante ainda permanece... esperando sua indenização; 4) na região da aldeia Mariazinha não nos foi possível levantar o número de "arrendatários" que voltaram para a A.I. a convite do senhor José da Doca - pelas informações dos índios daquela aldeia, o número é superior a 50 famílias.

A Transamazônica e o Limite Sul/Sudoeste

Como explicita a E.M. 004/85 (em anexo) a "exclusão da BR 230 [Rodovia Transamazônica] da referida área indígena" teve como justi

ficativa, por parte do Ministro Venturini (do extinto MEAF e então Secretário do Conselho de Segurança Nacional), o fato de uma estrada "de integração nacional" não poder estar exposta às paralizações dos índios. A fragilidade deste argumento demonstra-se nas fotos (em anexo) que exibem o que restou da BR 230 no trecho em que atravessa a área indígena ou em que é seu limite. Não circulam nestes trechos quaisquer veículos, a não ser ocasionalmente - e por meio de dezenas de desvios - aqueles dos índios ou de algum ocupante branco do território Apinayé. As linhas de ônibus ou os caminhões das prefeituras de Tocantinópolis e Nazaré utilizam-se das rodovias estaduais, principalmente a GO (TO) 291 que atravessa e beneficia de fato diversos povoados entre Nazaré e Araguatins (vide mapa).

Para os Apinayé da aldeia São José, no entanto, ter a BR 230 como limite (e vizinhança), mais do que uma irracionalidade sem par de autoridades que desconhecem por completo a realidade de uma região, representa uma ameaça constante à integridade de seu território, como veremos, das suas pessoas enquanto povo.

A menos de 2 km da aldeia, do outro lado da estrada, um senhor de apelido "Totonho" vem instalando uma dezena de fornos para a fabricação de carvão vegetal - utilizando-se da mão-de-obra indígena e - óbvio - da madeira farta do outro lado da estrada. Seus peões maranhenses construíram suas casas ao longo da Transamazônica e este embrião de povoado é hoje o ponto de prostituição de algumas jovens Apinayé. Tudo isto vem ocorrendo sob os olhares complacentes e indiferentes dos senhores Chefes de Posto e demais "autoridades" da FUNAI, em Araguaína.

A Reação dos Apinayé à Construção da UHE Serra Quebrada

Aldeia Mariazinha

Sem querer levar em consideração nossos argumentos sobre os aspectos positivos que os estudos de viabilidade e o Rima trariam para os Apinayé como um todo, o "capitão" desta aldeia, José da Doca, posicionou-se contrário aos trabalhos de levantamento antropológico, da fauna e flora e sócio econômico - argumentando que, se o permitisse, estaria referendando posteriormente a construção da barragem. A seu ver, a barragem acabará com a aldeia, pois inundará as terras mais férteis de que dispõem "e nós vivemos da roça", como diz.

Na verdade, esta posição de Zé da Doca fundamentou-se não na ameaça hipotética de inundação de parte de suas terras, mas no jogo - político - de interesses de que participa. Sua aliança com as lideranças políticas de Tocantinópolis por exemplo, o levaram, durante a demarcação a se posicionar - não sem ambiguidade - contra - seus próprios parentes das aldeias São José e Cocalinho. (ver anexo). Não é coincidência que a sua posição atual frente à barragem seja igual à do prefeito (José Bonifácio Gomes - o então vereador da cidade que liderou a reação à demarcação da A.I.Apinayé em 84/85). José Bonifácio Gomes, ou seus familiares, possui terras nas margens do Tocantins no norte do Pecobo e José da Doca não sabe onde colocar seus "arrendatários"- que ocupam hoje as terras baixas (e "férteis"!!?)em babaçu da reserva, às margens do Tocantins.São interesses estritamente pesoais. Não é uma contestação ecológica e/ou política (nem Zé da Doca nem o prefeito questionaram - como o fez Grossinho, o chefe

Apinayé da aldeia Patizal - o custo da barragem e seus possíveis benefícios para a população Apinayé ou de Tocantinópolis: "essa energia é para quem?" indagou Grossinho)!

Com a falência da FUNAI e o fim dos recursos do convênio com a CVRD, são os arrendatários de Mariazinha quem mantém o P.I. e o que restou da "cantina". E sobre eles que Zé da Doca deposita seu já contestado poder: sem eles, não haveria mais o que fazer... a não ser caçar, pescar, botar roça de toco, quebrar côco. Ou seja: ser Apinayé e não "administrador",... de uma fazenda chamada Mariazinha.

Aldeia São José, Patizal e Cocalinho

Para as lideranças destas aldeias - principalmente para as duas primeiras -, a possibilidade da construção da barragem abre-lhes novamente a perspectiva de revisão dos limites do território e a incorporação da região do Gameleira. A posição é clara: não contestarão a barragem se o Governo empenhar-se nesta luta. Entre os babaquais do Zé da Doca e a faixa do Gameleira não hesitarão em apoiar negociações que redundem no redesenho do mapa da A.I. Apinayé.

Para o povo da aldeia Cocalinho, o importante é que o Governo empenhe-se no desintrusamento ao norte da área e que estabeleça uma política de resguardo efetivo das suas fronteiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZANHA, Gilberto. "Os Timbira, história e situação atual" no prelo - CEI, São Paulo, 1988.
- COTRIM, Antonio. Relatório sobre a situação dos grupos Krĩcati e Gavião. FUNAI, 1970.
- LADEIRA, M. Elisa. "Laudo de perícia antropológica referente à ação de demarcação que envolve os Krĩcati. Processo nº 1.875/81), São Paulo, 1988.
- LAVE, J.Carter. Social Taxonomy among the Krĩcati (jê) of Central Brazil. Doctoral Dissertation, Harvard University, 1971.
- MARQUES, César Augusto. Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão. Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, Rio de Janeiro, 1ª Ed., 870, 1970.
- MIRANDA, Marcelino. Relatório sobre a transferência dos índios Pýkopjê e Krĩcati. SPI, 1929.
- MONTAGNER, Delvair. Relatório sobre eleição da área Krĩcati. FUNAI, BSB, 1980.
- NEWTON, Dolores. Social and historical dimensions of Timbira material culture. Doctoral Dissertation, Harvard University, 1971.

NIMUENDAJU, Curt. The Eastern Timbira. University of California, Press, 1946.

PERET, João Américo. "Relatório sobre os grupos indígenas do Maranhão". SPI, 1964.

SANTOS, José Luiz. Relatório inicial sobre os Krĩcati e sua problemática. Relatório apresentado à CVRD, São Paulo, 1984.